A experiência de auto-organização política de um Fórum Municipal de Economia Solidária. Um novo exercício do político?

The experience of political self-organization of a Municipal Forum of Solidary Economy. A new political practice?

Eliana Perez Gonçalves de Moura¹

elianapgm@feevale.br

Dinora Tereza Zucchetti¹

dinora@feevale.br

Magali Mendes de Menezes²

magalimm@terra.com.br

Resumo. O presente texto tem como objetivo refletir sobre a experiência da Economia Solidária no Brasil, focando o olhar na organização e significação política de um Fórum Municipal de Economia Solidária de uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Pretende-se, através do recorte teórico empírico que sustenta nossas atividades de pesquisa³ e de extensão⁴, compreender a constituição deste modelo de auto-organização política e de que forma pode redefinir e inaugurar um novo exercício do próprio político. Para tanto, dividiremos esta análise em três momentos: um breve panorama da Economia Solidária a nível nacional; a descrição da organização e concepção do Fórum Municipal de Economia Solidária, bem como as formas pelas quais esse modelo organizativo se consubstancia na prática cotidiana. Por último, pretendemos analisar o papel das feiras de comercialização enquanto um espaço de aprendizagem, visando à construção de uma racionalidade solidária capaz de redefinir o espaço político como um espaço de exercício da solidariedade.

Palavras-chave: Economia Popular e Solidária, auto-organização, solidariedade.

Abstract. The objective of this paper is to analyze the experience of the Solidary Economy in Brazil, focusing on the organization and political meaning of a Municipal Forum of Solidary Economy in a city of the metropolitan area of Porto Alegre, Rio Grande do Sul State. Based on the theoretical/empirical framework that underpins our research and academic extension activities, we intend to understand the implementation of this model of political self-organization and how it can redefine and implement a new political practice. With this purpose, we divided our analysis into three different moments: a brief overview of the Solidary Economy in Brazil; a description of the organization and design of the Municipal Forum of Solidary Economy as well as how this organizational model becomes part of everyday practice; and, finally, an analysis of the role played by trade fairs as learning environments, aiming to build a solidary rationality capable of redefining the political environment as a space for the practice of solidarity.

Keywords: Solidary Popular Economy, self-organization, solidarity.

¹ Universidade Feevale. ERS-239, 2755, 93352-000, Novo Hamburgo, RS, Brasil.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Av. Paulo Gama, 110, Bairro Farroupilha, 90040-060, Porto Alegre, RS, Brasil.

³ Projetos de pesquisa: Educação, Trabalho e Solidariedade (CNPq 2008-2011); Vida, trabalho e (bio)política: vetores de subjetivação (2012-2015).

⁴ Incubadora de Economia Solidária.

Economia Solidária: a singularidade de um fazer-se

Nunca é demais começar falando da imensidão desta nação chamada Brasil. País com uma extensão territorial de 8.511.965 km², o Brasil é o país mais extenso da América do Sul. No período de 2000 a 2004, a população brasileira aumentou em 10 milhões de pessoas e, segundo dados do IBGE (2010), hoje tem em torno de 190.732.694 habitantes. A diversidade de culturas, de línguas faz-nos olhar para o Brasil com cuidado, pois qualquer análise sobre este lugar que consegue ser *tanto em um só* exige um gingado no pensar, feito pensamento que precisa da música, da cor, da dimensão do trágico para se fazer. Tomamos aqui de empréstimo o sentido que assume a tragédia no pensamento de Nietzsche, ou seja, o saber trágico não pode ser expresso conceitualmente, e a tragédia precisa, portanto, ser “cantada”. E é dessa forma que a música assume uma importância ímpar na cultura brasileira.

Entre línguas indígenas, afro-brasileiras e de imigrantes, além das variedades do próprio português, calcula-se mais de 300 línguas que ficam reduzidas a uma única unidade: a língua portuguesa. Estima-se que existam cerca de 180 línguas indígenas que ainda são faladas no Brasil, sendo que 60 dessas línguas estão em risco de extinção. Diante de tanta diversidade, como não dizer, seguindo Guimarães Rosa, que o “sertão é mesmo tão grande, que sertão: é dentro da gente” (Rosa, 2006, p. 209).

É preciso então, ao falar de Economia Popular Solidária, levar em consideração este sertão e os diferentes cantos desse Brasil que nos carregam e que de alguma forma carregamos dentro de nós. Isso porque a Economia Popular Solidária é feita por homens e mulheres que possuem história, que em seu cotidiano fazem da vida uma arte de resistência. É interessante que o movimento da Economia Solidária no mundo não se faz da mesma forma, ou seja, vai assumindo as particularidades de cada lugar e se construindo como expressão e projeto coletivo. Na França, por exemplo, a Economia Solidária está ligada à história da Economia Social, enquanto no Brasil está associada à Economia Popular. Ao assumirmos esta origem, estamos, ao mesmo tempo, reconhecendo que se construiu uma forma de organização popular que emerge da profunda desigualdade social presente no Brasil. Os principais sujeitos desta economia são as populações marginalizadas, que buscam muitas vezes no trabalho informal

uma fonte de sobrevivência. O desafio está em como ampliar esta “economia simples” para daí pensarmos um projeto maior, que envolva a transformação da sociedade como um todo. Nesta direção, Artaud (*in* Galeano, 2005, p. 25) nos diz que “o mais urgente não me parece tanto defender uma cultura cuja existência nunca salvou qualquer ser humano de ter fome e da preocupação de viver melhor, mas extrair daquilo que se chama cultura ideias cuja força viva é idêntica à da fome”. Em meio à emergência de alimentar a vida, em um cotidiano que parece não produzir tantos sonhos, vão surgindo novas formas de relações humanas, ancoradas na partilha do sofrimento, na espera pelo amanhã que cansa o corpo; mas de sujeitos irradiados pela experiência de estarem juntos. E será desta forma que a solidariedade vai assumindo corpo, não surgindo como um conceito abstrato, mas como uma experiência que encarna vários sentidos e formas. Reduzir a solidariedade a um conceito, ou a um dever ser, seria negar a multiplicidade de seu exercício que está associada à forma como sentimos o outro e a nós mesmos.

A Economia Popular Solidária representa um esforço e uma esperança de materializar as solidariedades cotidianas que são tecidas no interior dos grupos. A dimensão desta experiência pode ser sentida quando, por exemplo, uma artesã que integrava o Fórum Municipal perdeu totalmente sua casa devido a um incêndio. Suas lembranças, seu esforço, seu trabalho (pois era em casa que fazia o artesanato), tudo havia se “acabado em 10 minutos”, como ela mesma dizia. Naquele momento, todos os moradores do bairro se uniram e reconstruíram sua casa. É esta a dimensão de solidariedade a que fazemos referência, onde as pessoas, com o pouco que têm, compartilham a força para reerguer uma casa, e com ela a própria vida. Emerge dessa reunião de pessoas movidas pela dramaticidade do fato a vivência da solidariedade. Ao erguerem a casa festejam, cantam, reaprendem a rir e, como nós brasileiros dizemos, “fazemos deste limão uma maravilhosa limonada”. Dentro desse universo micro, pequenas e diárias revoluções vão sendo feitas, sempre marcadas pela emergência do amanhã e pela necessidade de união de forças, que se dá através da construção de redes.

As resistências deixam de ser marginais e tornam-se ativas no centro de uma sociedade que se abre em redes; os pontos individuais são singularizados em mil platôs. O que Foucault implicita-

*mente construiu (e Deleuze e Guattari tornaram explícito) é portanto o paradoxo de um poder que, à medida que unifica e envolve todos os elementos da vida social [...], nesse exato momento revela um novo contexto, um novo **milieu** de máxima pluralidade e incontornável singularização – um **milieu** do evento (Negri e Hardt, 2008, p. 44).*

Foi dessa forma que uma Economia Popular e Solidária começou a nascer no Brasil, tornando-se objeto de discussão no âmbito do Fórum Social Mundial.

O panorama da Economia Solidária: do movimento social à política pública

Algumas organizações contribuíram significativamente para o nascimento deste movimento, como o trabalho desenvolvido pela Cáritas⁵ através dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que desde 1980 buscavam desenvolver projetos de geração de trabalho e renda de forma associada para moradores da periferia. Destacamos também a Central Única dos Trabalhadores, através da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), criada em 1999, assim como o Movimento Sem Terra que criou em 1989 e 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentamentos, promovendo a agricultura sob a forma de produções agrícolas autogestionárias. E tantas outras experiências que aos poucos foram difundindo a ideia de outra organização do trabalho, de outra economia.

O Fórum Social Mundial representou um momento importante para a Economia Popular e Solidária. Iniciava-se aí um momento importante de diálogo do movimento popular da Economia Solidária com o poder público. O Fórum Social Mundial (2004), como um “espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo”, aparece dentro deste contexto como uma experiência referencial de auto-organização política. Em 2001, foi criado um Grupo de Trabalho brasileiro com a finalidade de articular e mediar a participação nacional e das redes internacionais da Economia Popular e Soli-

dária no Fórum Social Mundial. Dentro deste cenário em que uma parcela da sociedade civil buscava se organizar em torno desse novo modo de pensar o espaço político, elegeu-se pela primeira vez no Brasil um governo mais identificado com a esquerda política. O governo Lula, pressionado por este movimento, que exigia uma política nacional de apoio à Economia Solidária, criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), tendo em sua direção o professor Paul Singer, reconhecido militante, respeitado pesquisador da área da Economia. O diálogo com o poder público foi fundamental, pois demonstrou que a Economia Popular e Solidária não surgiu apenas como uma alternativa ao desemprego, mas como um projeto político de desenvolvimento ancorado na ideia de justiça social. É preciso, contudo, reconhecer que a Economia Popular e Solidária emergiu em uma profunda crise da sociedade salarial, de uma hipertrofia da economia de mercado, bem como de uma solidariedade burocrática e abstrata representada pelo Estado social. Assim,

o desenvolvimento de formas associativas, particularmente aquelas envolvidas com os “serviços de proximidade”, implicaria a produção de novas solidariedades e, portanto, de novas regulações públicas. Tais solidariedades seriam responsáveis não apenas para repolitizar a economia, mas também para requalificar a relação entre Estado e Nação (Pinto, 2006, p. 61).

Porém, o diálogo não se deu sem tensões. No momento em que se aproximou do poder público, o movimento da Economia Popular e Solidária assumiu determinados compromissos. Quando as experiências plurais da Economia Popular e Solidária foram sobrecodificadas pelo Estado, percebeu-se também que se produziram homogeneidades, e com isso um modo de fazer política que tem imensa dificuldade de abrir-se e assumir as pluralidades.

O espaço público de *proximidade*, afirmado por Laville *et al.* (2006), construído por essas pequenas organizações do movimento popular, engendrou novas formas de democracia local, ao nível de um bairro, na maioria das vezes baseado na criação de atividades específicas e com forte conteúdo de espontaneidade. Essas formas estão marcadas por

⁵ A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Cáritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal.

um modo de encontro que é particular e está ligado à vida das pessoas; reúnem-se na casa de alguém, no armazém, em alguma escola, na igreja, enfim. Esses espaços traduzem uma estética de encontro e de um jeito próprio de comunicação que escapa ao modo tradicional de fazermos política.

Os espaços públicos de aglutinação de várias iniciativas, ou seja, espaços com maior dimensão (mas nem por isso mais importantes), que acabam exigindo a figura de uma representação política, constituíram-se como espaços de regulação de um campo de práticas que se afirmou como movimento social completamente novo, capaz de intermediar a base da sociedade e o Estado. No entanto, como comentam Laville *et al.* (2006, p. 21),

essa valorização das associações não deve nos conduzir à sua idealização [...]. Particularmente, elas podem ser monopolizadas pelos objetivos de legitimação do sistema político pelo viés de procedimentos formalizados visando à eficácia. A forma associativa pode ser utilizada pelo aparelho de estado numa visão funcional [...]. As associações não são apenas a expressão dos cidadãos, elas estão implicadas em relação de poder; porque elas mediam os conflitos ideológicos da sociedade global, contribuem para a formação das elites e para a estruturação do poder local e participam da definição das políticas públicas, ao mesmo tempo em que legitimam a esfera político-administrativa.

No Brasil, a Economia Popular e Solidária se organizou a partir desses diferentes movimentos, em que os Fóruns assumiram um papel novo.

Os Fóruns de EPS: entre a participação e a representação

Os Fóruns têm como objetivo tornar mais visível o campo da Economia Solidária, fortalecendo seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que impulsionam a relação com o poder público. O Fórum Brasileiro de EPS (criado em novembro de 2002 no FSM) antecedeu a criação da SENAES, tornando-se um movimento fundamental da Economia Solidária. Desse modo, a EPS está organizada através de Fóruns que buscam abarcar todas as regiões brasileiras.

O FBES é hoje a instância nacional de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização do movimento de Economia Solidária no Brasil. O FBES representa também o movimento de Economia Solidária frente ao poder público (nas esferas federal, estadual e municipal através da sua Coordenação Nacional e dos Fóruns Estaduais e Municipais) e frente a entidades, redes e articulações nacionais e internacionais. O FBES estrutura-se de forma a garantir a articulação entre três segmentos do movimento de Economia Solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos (FBES, 2008).

Como uma instância de articulação e fortalecimento do movimento de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de EPS abrange em torno de 33.500 empreendimentos solidários (MTE, 2013).

Desde 2004, quando foi implantado o Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES), a SENAES vem realizando o mapeamento dos empreendimentos solidários existentes em todo o território nacional, demonstrando o dinamismo social e econômico da Economia Solidária.⁶ A identificação desses empreendimentos norteia-se pela Carta de Princípios (FBES *in* França Filho, 2006, p. 78), que define como princípios gerais da Economia Solidária a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e os valores da cooperação e da solidariedade.

No conjunto de atividades e formas de organização, destacam-se como características da EPS: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade.

Percebeu-se que os Fóruns, à medida que se ampliaram, assumiram a ideia de uma representação, através da escolha de representantes dos três segmentos que compõem a EPS (empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos). Nesse caminho existem ambiguidades, havendo a necessidade de uma organização cuidadosa para articular de forma mais orgânica o movimento. Os sujeitos foram aprendendo a lidar com algumas heranças e vícios

⁶ Na primeira rodada do mapeamento, realizado em 2006, foram identificados quase 15.000 empreendimentos solidários; na segunda rodada, realizada em 2007, o número de empreendimentos atingiu quase 22.000. Estes números foram atualizados, na terceira rodada, realizada em 2013.

provenientes do modelo de política representativa, pouco participativa. Enquanto nos Fóruns Municipais há a possibilidade da participação de todos, criando-se um espaço fundamentalmente pedagógico, onde se aprende a valorizar a palavra e a experiência do Outro, nos Fóruns mais ampliados, a figura do representante acabou incorporando discursos fortemente marcados por uma tradição de organização política.

Consideramos ser importante aprofundar um pouco mais esta ideia de representação, percebendo os diferentes sentidos que ela assume na teoria política. Max Weber (*in* Negri e Hardt, 2008, p. 310) comenta, por exemplo, que a representação aparece como um dos traços fundamentais da própria ideia de democracia. Podemos dividir a representação em três modelos, que ele denomina: *apropriada, livre e instruída*.

Na representação *apropriada* (ou patriarcal), como diz o próprio nome, temos a imagem de representantes que não são eleitos por seus representados, mas que se apropriam de um espaço de poder, interpretando a vontade daqueles que julgam representar. Na representação *livre*, transparecem alguns laços entre representantes e representados, mas ainda existe certa liberdade por parte dos representantes em inferir desejos e ideias dos representados. Este processo se dá, muitas vezes, pelo convencimento (através de certa habilidade de argumentação que vai sendo aprendida no exercício do debate político), no sentido de conduzir o olhar e as necessidades do grupo. Por último, Weber fala da representação *instruída*, em que se criam mecanismos que possibilitam estreitar a ligação entre representantes e representados, deslocando a ideia da representação para o efetivo exercício da participação. O representante não é aqui uma pessoa ou o grupo que possui características determinadas, tendo um perfil para exercer esta função, mas a representação pode ser exercida por qualquer um, mostrando que quanto maior for a expansão dos representantes, mais participativa torna-se a representação. Negri e Hardt (2008) comentam, a partir das análises weberianas, que está na própria estrutura da representação a ideia de uma unidade; o representante, assim, representa justamente esta unidade. Assim a pluralidade é subsumida quando se cria o diálogo com o poder público.

As três formas designam proporções diferentes das duas funções, ou seja, as instituições da re-

presentação política devem permitir que os cidadãos (pelo menos alguns) expressem seus desejos e exigências plurais, ao mesmo tempo permitindo que o Estado os sintetize numa unidade coerente. Desse modo, o representante é, por um lado, um servidor dos representados e, por outro, alguém dedicado à unidade e à eficácia da unidade soberana [...] só o uno pode governar (Negri e Hardt, 2008, p. 312).

Poderíamos dizer que a EPS, através de sua organização em forma de Fóruns, expressão da participação de todos, ao se ampliar, foi, em muitos momentos, assumindo as três formas de representação citadas por Weber. Percebe-se, por exemplo, certo “encantamento” com o poder, em que se criam disputas violentas para assumir espaços de visibilidade política e, conseqüentemente, maiores vantagens na obtenção de recursos públicos. Por outro lado, é possível reconhecer a seriedade de algumas pessoas quando assumem a representação; mas isso acaba determinando, em muitos casos, a omissão dos grupos em cobrar posturas e participar mais ativamente das discussões maiores. Cria-se a ideia de que no momento em que “outro participa, não tenho a necessidade de participar”. Também pensamos que seja importante destacar a forma como essas organizações vão criando dinâmicas que se afastam da linguagem e da realidade de muitos sujeitos da EPS. A leitura de documentos, o fórum de debates com sujeitos assumindo determinados papéis como, por exemplo, coordenador, controlador do tempo de fala, relator, entre tantas outras funções; escapa à forma de organização popular, interferindo e impondo formatos de construção e elaboração do discurso. E como não dizer que no espaço democrático dos fóruns se impõe uma “ordem do discurso”, com o objetivo de organizar e fazer avançar o movimento da EPS? Será, então, nos espaços locais, em que a representação desaparece, que se vive efetivamente outro exercício do político?

Fórum Municipal de EPS: exercício de auto-organização política

Neste momento trazemos a experiência do Fórum Municipal de EPS de um município da região metropolitana de Porto Alegre como um espaço importante de reflexão sobre essas dinâmicas. Este Fórum existe desde maio de 2006, e verificou-se na ocasião, através do mapeamento feito pela SENAES, a existência

de alguns grupos de Economia Solidária no município⁷. Poderíamos nos perguntar como esses grupos inicialmente emergiram se não havia “espaços” locais de formação política, ou seja, como a ideia de outra construção de trabalho nasceu. Percebeu-se, então, que as experiências acumuladas advindas da região do Vale do Rio dos Sinos fomentaram aos poucos a ideia da EPS no município. Ao mesmo tempo, o mapeamento realizado apresentou problemas, pois muitos grupos ali listados, ao serem convidados a participar das primeiras reuniões do Fórum, demonstraram falta de identidade com a EPS. Colocou-se então uma questão importante: tinha-se um conceito, uma ideia formada sobre o significado da EPS, ideia proveniente do acúmulo de discussões e sistematizações realizadas. No entanto, nem sempre esse conceito se identificava com a vivência dos empreendimentos. O espaço tornou-se então um espaço de aprendizagem, de trocas, em que o conceito de EPS passou a ser ressignificado a todo momento.

O nascimento e organização do Fórum municipal também ocorreram dentro de um contexto muito específico: era necessária a existência de um fórum para que delegados (representantes) do município participassem da Conferência Nacional de Economia Solidária, em 2006. O país vivia um momento ímpar, com a organização da Secretaria Nacional de EPS; muitas localidades se viam pressionadas a se organizarem para, de alguma forma, ocupar espaços de representação nessa nova configuração política. A base da EPS, formada através dos empreendimentos, de entidades de apoio e gestores públicos, tornou-se a teia por onde este movimento foi se construindo e organizando. A questão é que esses segmentos possuíam histórias diferenciadas, demonstradas na própria construção do espaço político, de sua organização e sentido.

Cruzar estas histórias com os grupos que surgiam sem que esses mesmos grupos deixassem de se perceber como atores principais desse movimento tornou-se uma vivência difícil, mas fundamental.

A Organização da Conferência Nacional, ao mesmo tempo em que alavancou a existência do Fórum, atropelou um processo; fez com que grupos se vissem obrigados a construir uma identificação com algo que não sabiam ao certo o que significava. Os grupos, então, assu-

miram o tema de casa: estudar o texto-base da Conferência, que transcrevia a identidade da EPS. As reuniões após a conferência conseguiram reunir poucos empreendimentos, na sua maioria pessoas que já tinham um engajamento político.

Mas a pergunta sobre o sentido do Fórum sempre retornava. As primeiras reuniões foram tentativas frustradas de discutir o referido documento, bem como de interrogar sobre o sentido do Fórum. As reuniões acabavam sendo informativas, e desde o início já começava a se delinear a preocupação com um espaço de comercialização: as feiras. Os espaços de encontros e discussões dos empreendimentos acabaram sendo as feiras, os fóruns e as conferências. Foram nesses espaços que se socializavam os sentidos da EPS, através de processos de formação. Quando os empreendimentos não vivenciavam isso dentro de seus próprios espaços de trabalho, esses outros espaços representavam o único momento de reflexão da EPS. Por outro lado, os empreendimentos que já possuíam essas vivências eram mais críticos e, ao participarem destas instâncias, viam-se frustrados com o jogo político que ali se construía. Assim, paulatinamente foram se afastando do Fórum e se fechando na experiência solitária, mas talvez rica do próprio trabalho. Aqueles que não possuíam esta experiência visualizavam no Fórum um espaço importante e único de compreensão da EPS. Sem saber ao certo o que isto significava, percebiam que havia algo que se diferenciava, um modo de desconstruir práticas históricas de competição e vivência do trabalho, e a percepção de que, estando juntos, se conseguem mais coisas.

Educação solidária: as feiras como um espaço de aprendizagem

Gostaríamos de destacar dois momentos significativos da história deste Fórum e que, de alguma forma, estão associados: a organização da Feira Municipal de Economia Popular Solidária e o diálogo com o poder público local. O Fórum, constituído fundamentalmente por artesãos, começa a pensar em um espaço de maior visibilidade do trabalho e da proposta da EPS no município, e assim surgiu a ideia da organização de uma feira. Segundo Mance (2003, p. 154),

⁷ Identificaram-se no mapeamento da SENAES em torno de 16 EES no município.

A organização de feiras de economia solidária é uma das alternativas para a socialização das experiências de produção, a prestação de serviços e o exercício do consumo solidário da comunidade [...] Portanto não significam apenas a comercialização de produtos, sendo um exercício político e ético de construção de uma economia pautada no ser humano, e não na mercadoria.

Aos poucos, o povo ocupou as ruas redefinindo a geografia da cidade, e as feiras tornaram-se então importantes espaços de resistência. Diante de uma sociedade que vai se enclausurando nos *shoppings*, nossas atuais praças sem janelas, as feiras vão resgatando a proximidade do produtor com o consumidor, fazendo a população refletir sobre a necessidade de um consumo ético. Isto se expressa na consciência do que realmente necessitamos consumir, de quem compramos, qual a responsabilidade socioambiental presente na produção; enfim, as feiras apresentam um trabalho artesanal que também é arte, fruto de mãos que aprendem a moldar o barro da mesma forma que moldam a vida. A vida torna-se então obra de arte!

A organização dos grupos em torno da feira representou, desse modo, um momento significativo de aprendizagem. Inicialmente, havia a urgência de dialogar com o poder público local para conseguir um espaço no centro da cidade. Depois de alguns encontros com o então secretário de Indústria e Comércio, os grupos foram experimentando a palavra, na construção de argumentos que mostravam o quanto a Economia Popular Solidária significava uma proposta de desenvolvimento para o município. Num diálogo não muito tranquilo, conseguiu-se autorização para a realização da feira em uma rua no centro da cidade; esta feira, desde dezembro de 2007, continua acontecendo uma vez por mês. Isto representou apenas um momento inicial neste diálogo, pois somente a abertura de uma rua não bastava; era fundamental que a EPS penetrasse na pauta política do governo.

A feira municipal alavancou o Fórum, que utilizava uma boa parte de seu tempo na discussão da organização das feiras. Entre as ações em torno das feiras, podemos citar: a formação de comissões para pensar os diferentes aspectos que envolvem esta organização; a necessidade de construir um regimento que regulamentasse o Fórum e, consequentemente, articulasse a participação dos grupos nas feiras às suas reuniões; momentos de formação nos quais se construía uma reflexão sobre

o próprio processo vivido pelos grupos. Todas essas atividades transformavam as feiras em um espaço privilegiado de trocas de saberes. Aí os grupos foram se conhecendo mais e, entre um chimarrão e outro, ensinavam novas técnicas de artesanato, de bordado, trocando receitas, compartilhando dificuldades, sonhos.

Conclusão

Percebemos a partir deste relato que foi no próprio espaço das feiras que as pessoas, homens e mulheres da EPS, assumiram sua condição de sujeitos deste movimento. Neste sentido, Mance (2003) destaca que não podemos separar a organização e mobilização da EPS da educação. Dentro deste contexto, vemo-nos desafiados a buscar novas formas de encontro, de construção da palavra e exercício do diálogo. Assim, faz-se necessária outra compreensão da cidadania, em que a sociedade não apenas reconheça o outro em sua singularidade, como sujeito de direitos, mas reconstrua sua lógica de funcionamento a partir da relação coletiva.

O objetivo maior da educação solidária em redes de colaboração é possibilitar que os participantes, que são pessoas excluídas das condições dignas de vida ou que não desejam estar submetidas à lógica do capital para assegurar o seu bem-viver, possam desenvolver atividades em redes de colaboração, visando não apenas à geração de trabalho e distribuição de renda em empreendimentos autossustentáveis, mas também o desabrochar de suas diversas dimensões humanas (afetivas, cognitivas e sociais) no exercício de sua cidadania ativa (Mance, 2003, p. 18).

Entendemos que a Economia Solidária pode, sim, promover outro exercício do político, como uma dimensão que produz subjetividades coletivas, capazes de viver o político como resistência criativa. Ou seja, precisamos a todo momento olhar e refletir sobre nosso processo, aprender com ele, fazer a crítica, perceber a caminhada. Resistir não é apenas suportar, mas criar mecanismos, relações, conceitos atravessados pela sensibilidade, escuta ao outro, pela vontade e desejo de compartilhar a vida em toda a sua tragicidade.

Ainda temos muitos desafios neste processo de construção da EPS no Brasil, pois esse movimento se constrói dentro de um sistema que, queiramos ou não, interfere e apresenta contradições ao movimento. Porém, ficamos com a certeza de que, neste espaço, o exercício da solidariedade perpassa a reconstrução

do próprio humano, que não é uma dimensão dada, mas uma construção proveniente de um projeto político-pedagógico de mudança. É desse modo que é possível pensarmos uma racionalidade solidária disposta a acolher a diversidade desse humano, onde não é possível separar uma ética da responsabilidade de uma política da hospitalidade, como nos diz Lévinas (1977).

Referências

- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). 2008. Disponível em: <http://www.fbes.org.br>. Acesso em: 17/06/2013.
- FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. 2004. Disponível em: http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1. Acesso em: 06/01/2013.
- GALEANO, A. 2005. *Antonin Artaud: a revolta de um anjo terrível*. Porto Alegre, Sulina, 206 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 17/06/2013.
- INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA/MG). [s.d.]. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/institucional>. Acesso em: 17/06/2013.
- FRANÇA FILHO, G. 2006. Economia solidária e movimentos sociais. In: A. MEDEIROS; V. SCHIOCHET; A. SCHWENGBER, *Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento*. Recife, Edufpe, p. 219-232.
- LAVILLE, J.-L.; MEDEIROS, A.; MAGNEM, J.-P.; FRANÇA FILHO, G.C. de (orgs.). 2006. *Ação pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre/Salvador, Ed. da UFRGS/EDUFBA, 326 p.
- LEVINAS, E. 1977. *Totalidade e infinito: ensaio sobre a exterioridade*. Lisboa, Edições 70, 310 p.
- MANCIE, E.A. (org.). 2003. *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro, DP&A, FASE, IFil, 387 p.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). 2013. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>. Acesso em: 01/05/2014.
- NEGRI, A.; HARDT, M. 2008. *Império*. 8ª ed., São Paulo, Record, 504 p.
- PINTO, J.R.L. 2006. *Economia Solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre, UFRGS, 196 p.
- ROSA, J.G. 2006. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 608 p.

Submetido: 03/04/2014

Aceito: 02/05/2014